

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho é o culminar de um objectivo académico a que me propus e que não seria possível sem a ajuda de um número considerável de pessoas às quais faço questão de agradecer publicamente.

Agradeço ao meu marido Eduardo, pelo inestimável apoio familiar que colmatou as diversas falhas que tive por força das circunstâncias, pela paciência e compreensão reveladas ao longo destes meses.

Aos meus pais e irmã, pelo estímulo e apoio incondicional desde a primeira hora; pela grande amizade com que sempre me ouviram e sensatez com que sempre me ajudaram.

A todos os meus amigos, em particular, à minha amiga Carla Alexandra Martins Pinheiro do Vale, pela amizade e cumplicidade com que sempre me acompanhou e pelas palavras de incentivo que sempre me deu, especialmente nos momentos mais difíceis.

Por último, queria prestar uma especial homenagem ao meu Prof. Orientador Dr. Rodrigo Carvalho pois a sua colaboração, compreensão e disponibilidade sempre demonstradas foram imprescindíveis para elaboração desta Dissertação.

RESUMO

A crescente internacionalização e globalização da economia, o aumento da competitividade e as constantes alterações no ambiente de negócio, aumentaram a importância das actividades de gestão de risco e governação, importância que se tem estendido às entidades da Administração Pública. Neste contexto de dinâmica e complexidade, que tem conduzido a reformas administrativas e financeiras nas Autarquias Locais, a auditoria surge como um instrumento, alinhado com a estratégia autárquica, que incorpora a gestão do risco no processo de auditoria, contribuindo para que este se torne mais eficaz, eficiente e fiável.

Por outro lado, o crime da corrupção perpetrado ao longo dos anos em todo o mundo tem provocado consequências económicas e sociais nefastas. Por isso, nas últimas décadas têm sido encetadas muitas iniciativas de combate à Corrupção.

Em Portugal, com o móbil de combater a Corrupção, foi criado o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), que introduziu os Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PPRCIC), que devem ser elaborados por todas as entidades gestoras de dinheiros públicos.

Este estudo visa, essencialmente, explicar a importância destes instrumentos para a prevenção da corrupção nos Municípios da Área Metropolitana do Porto

Palavras-Chave: Municípios, Auditoria, Riscos, Planos de Corrupção

ABSTRACT

The increasing economic internationalisation and globalisation, the competitiveness raising and the constant changing in the business environment, has intensified the importance given to activities relating to risk and governance management. This importance has been extended to Public Administration entities. Within this context of dynamics and complexity, which has led to financial and administrative reforms in Local Autarchies, the auditing emerges as an instrument, aligned with the autarchic strategy, incorporating risk management in the auditing process, making it more effective, efficient and reliable.

On the other hand, the crime of corruption perpetrated over the years around the world has caused serious economic and social consequences. Therefore, in recent decades have been undertaken many initiatives to combat corruption.

In Portugal, with the motive to fight corruption, has been created the Council for the Prevention of Corruption (CPC), which introduced the Plan for the Prevention of Risks of Corruption and Related Offences (PPRCIC), which must be prepared for all the management entities public money.

This study essentially aims to explain the importance of these instruments for preventing corruption in the municipalities of Metropolitan Area of Porto.

Keywords: Municipalities, Auditing, Risks, Corruption Plans

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE QUADROS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E NORMATIVO	2
Capítulo 1 - A Evolução das Organizações Públicas em Portugal	3
1.1 Enquadramento	4
1.2 Definição e Composição do Sector Público em Portugal	5
1.3 Os Serviços Públicos.....	6
1.4 Princípios de Boa Governação	10
Capítulo 2 - A Auditoria no Sector Público: Um instrumento para a melhoria da Gestão Pública.....	12
2.1 Enquadramento	13
2.2 Justificação da Auditoria Pública	14
2.3 Classificações de Auditoria.....	16
2.4 O Controlo no Sector Público.....	17
Capítulo 3 – A Implementação dos PPRCIC nos Municípios Portugueses.....	28
3.1 O Fenómeno da Corrupção no Sector Público	29
3.2 O Conselho de Prevenção da Corrupção.....	30
3.3 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.....	33

ÍNDICE GERAL (CONT.)

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	38
Capítulo 4 - Metodologia	39
4.1 Definição de Objectivos	40
4.2 Definição e Caracterização da População	41
4.3 Recolha de dados	43
4.4 Tratamento de dados.....	43
Capítulo 5 – Apresentação e Análise de Resultados.....	44
Capítulo 6 – Importância dos Resultados Obtidos	67
CONCLUSÕES	71
BIBLIOGRAFIA E FONTES DE INFORMAÇÃO	74
APÊNDICE	76

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensão do Município	45
Quadro 2 – Nº de Freguesias que compõem o Município	46
Quadro 3 – Nº de Municípios que têm Departamentos de Auditoria	47
Quadro 4 – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas	48
Quadro 5 – PPRCIC publicitados pelos Municípios	49
Quadro 6 – Áreas de Riscos Identificadas nos PPRCIC	50
Quadro 7 – Nº de Riscos Identificados por Área de Risco e por Município	56
Quadro 8 – Frequência da Ocorrência dos Riscos descritos nos PPRCIC	57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Qualidade na Administração Pública hoje	4
Figura 2 – A Organização do Sector Público Português	5
Figura 3 – As funções do Estado	6
Figura 4 – Modelo organizacional específico do Sector Público	8
Figura 5 – Relação Políticas Públicas/Desempenho	13
Figura 6 – Sistema Nacional de Controlo das Finanças Públicas.....	17
Figura 7 – Critérios de Gestão Pública	18

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AM – Assembleia Municipal

CGE – Conta Geral do Estado

CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGO – Direcção Geral do Orçamento

FU – Fiscal Único ou Conselho Fiscal

IFAC – *International Federation of Accountants*

IGAT – Inspeção-Geral de Administração do Território

IGF – Inspeção-Geral de Finanças

INTOSAI – *International Organization of Supreme Audit Institution*

LFL – Lei das Finanças Locais

LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas

OCI – Órgãos de Controlo Interno

OE – Orçamento de Estado

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PPRCIC – Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infracções Conexas

ROC – Revisor Oficial de Contas

SCI – Sistema de Controlo Interno

SS – Segurança Social

SPA – Sector Público da Administrativo

TC – Tribunal de Contas

TCE – Tribunal de Contas Europeu